



CERTIFICO, para os devidos fins que este documento foi publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Borda da Mata, em conformidade com o Art. 88, VII, c/c art. 3º da EM 08/09 da Lei Orgânica do Município de Borda da Mata

O referido é verdade e dou fé.

Borda da Mata, 09/11/15

Nome: Borda da Mata

RG: MG-14.766.099

### Lei nº 1.904 / 2015

*“Autoriza concessão de subvenções, auxílios financeiros e contribuições e contém outras providências.”*

O povo do Município de Borda da Mata, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Com base nas consignações orçamentárias do Município, fica o Executivo Municipal autorizado a conceder subvenções, auxílios financeiros e contribuições às instituições relacionadas, de acordo com as seguintes designações:

PREVISÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE SUBVENÇÃO SOCIAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015		
NOME DA INSTITUIÇÃO	FINALIDADE DA INSTITUIÇÃO	VALOR (R\$) DA TRANSFERÊNCIA
Associação de Pais Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede em Borda da Mata – MG.	Assistência pedagógica e assistencial às pessoas portadoras de deficiência	80.000,00
Associação de Pais Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede em Borda da Mata – MG. (DOAÇÃO DIRECIONADA FIA)	Assistência pedagógica e assistencial às pessoas portadoras de deficiência	25.000,00
Guarda Mirim Irmã Martha com sede em Borda da Mata – MG	Assistência as Crianças e aos Adolescentes através da Guarda Mirim.	120.000,00
Guarda Mirim Irmã Martha com sede em Borda da Mata – MG. (DOAÇÃO DIRECIONADA FIA)	Assistência as Crianças e aos Adolescentes através da Guarda Mirim.	40.000,00
Sociedade São Vicente de Paulo	Assistência as pessoas carentes	12.000,00
Associação do Caminho da Fé	Manutenção e atendimento aos Turistas do Caminho da Fé.	3.200,00



Lira Bordamatense	Manutenção e atendimento a Escola de Música Lira Bordamatense	12.000,00
Sindicato Rural	Manutenção e atendimento a população rural	24.000,00
Associação dos Moradores do Distrito do Sertãozinho AMDS	Manutenção e atendimento dos moradores do distrito do sertãozinho	12.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>333.200,00</b>

Parágrafo único. As transferências às entidades serão feitas em parcelas mensais, conforme disponibilidade de caixa.

Art. 2º. Somente às instituições cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias, a critério da Administração Municipal, serão concedidos os benefícios desta lei.

Art. 3º. A concessão de subvenções sociais destinadas às entidades sem fins lucrativos somente poderão ser realizadas após observadas às seguintes condições:

I - ter caráter assistencial ou cultural e atender direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, médica e educacional;

II - não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente;

III - apresentar declaração de regular funcionamento do último ano, emitida no exercício de 2015 por autoridade local;

IV - comprovar a regularidade do mandato de sua diretoria;

V - ser declarada por lei como entidade de utilidade pública;

VI - apresentar o Plano de Aplicação dos Recursos;

VII - existir recursos orçamentários e financeiros;

VIII - celebrar o respectivo convênio.

Art. 4º. As transferências de recursos do Município, consignadas na lei orçamentária anual, para entidades públicas e privadas, a qualquer título, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.



Art. 5º. A concessão de ajuda financeira a qualquer título a entidades privadas fica condicionada a aprovação do Plano de Aplicação dos Recursos da entidade, pelo órgão competente da Entidade cedente do recurso, e a existência de disponibilidade de caixa.

Art. 6º. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do órgão concedente, através do envio de prestação de contas ao órgão competente, com a finalidade de verificar o cumprimento do Plano de Aplicação dos Recursos.

Parágrafo único. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.


Art. 7º. Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio-funeral, auxílio-moradia, auxílio-transporte, auxílio de assistência médica e hospitalar e auxílio de medicamentos a pessoas pobres e desvalidos até o limite das dotações orçamentárias.

Art. 8º. Aplica-se na concessão de qualquer ajuda financeira às entidades privadas, as normas estabelecidas no art. 116 da Lei 8.666/93.

Art. 9. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Borda da Mata, 04 de novembro de 2015.



**EDMUNDO SILVA JUNIOR**  
PREFEITO MUNICIPAL